

## COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

PARECER N° 09/2025

AUTOR DO PROJETO: Poder Executivo

RELATOR: Odair Francisco Farina

### RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei do 11/2025, de autoria do Poder Executivo, que institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e dá outras providências.

### VOTO DO RELATOR

O projeto visa a recuperação fiscal do Município, permitindo que contribuintes regularizem seus débitos tributários e não tributários com condições mais vantajosas. A proposta é, sem dúvida, uma medida importante para o incremento da arrecadação municipal, considerando os desafios fiscais enfrentados pelas administrações públicas e a necessidade de promover a regularização de tributos em atraso, essencial para o equilíbrio das contas públicas.

O Programa de Recuperação Fiscal prevê a possibilidade de redução dos acréscimos legais (multas e juros) de acordo com o prazo de adesão e de pagamento. A proposta é bem estruturada, com condições vantajosas para o contribuinte, como redução de até 70% das multas, dependendo da forma de quitação da dívida. Esta flexibilização visa incentivar a regularização e possibilitar que os contribuintes, tanto pessoa física quanto jurídica, possam saldar suas pendências com o Município, o que pode resultar em aumento significativo da arrecadação.

A exclusão do Programa, que ocorre nas hipóteses de inadimplência ou descumprimento de outras exigências, é um mecanismo que garante a regularidade do processo e evita abusos por parte de contribuintes que tentem burlar o programa, assegurando que os objetivos do REFIS não sejam prejudicados por práticas fraudulentas.

As condições de parcelamento do REFIS são compatíveis com a realidade econômica dos contribuintes e com os interesses fiscais do Município. O valor da parcela mínima (1 UFM) e o limite de 12 parcelas mensais são adequados para garantir a quitação das dívidas sem comprometer excessivamente a capacidade de pagamento do contribuinte.

A exclusão do Programa, prevista no Art. 7º, está bem definida. A inadimplência de dois meses consecutivos ou três alternados, bem como a prática de fraudes, são motivos claros e justificados para a exclusão do contribuinte do REFIS. Essas disposições garantem que o programa seja acessível a aqueles que desejam regularizar suas pendências de boa-fé, mantendo a integridade do sistema fiscal do Município.

A criação do REFIS pode trazer impactos orçamentários positivos, uma vez que poderá aumentar a arrecadação municipal ao permitir a regularização de créditos tributários e não tributários em atraso. Contudo, é importante observar que o impacto dependerá da adesão dos contribuintes e da capacidade do Município de administrar o volume de adesões ao programa, além de garantir que os débitos sejam efetivamente quitados conforme o estabelecido.

Em análise ao Projeto de Lei nº 11/2025, pode-se concluir que a proposta apresenta condições favoráveis à regularização de créditos tributários municipais, com um parcelamento vantajoso para os contribuintes e um mecanismo eficaz de adesão e exclusão, que busca garantir a justiça fiscal.

O REFIS se revela uma medida necessária para promover a regularização de débitos municipais, melhorar a arrecadação do Município e viabilizar a reintegração de contribuintes ao sistema tributário, de maneira justa e equilibrada.

Diante disso, sou favorável a tramitação do projeto, recomendando sua aprovação com as devidas adequações legais que se fizerem necessárias no momento de sua implementação.

Sala de Comissões, 12 de março de 2025.



**Odair Francisco Farina**  
Relator

## CONCLUSÃO

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização em reunião realizada, no dia 12 de março de 2025, manifestou-se “PELAS CONCLUSÕES” do relator, Vereador Odair Francisco Farina, estando favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 11/2025.

Sala de Comissões, 12 de março de 2025.



**Genecir de Fatima Garda Rigo**  
Presidente



**Odair Francisco Farina**  
Relator



**Revair José Rodrigues**  
Membro